

Frutos em rede: estrutura e dinâmica da Pêra Rocha do Oeste

Resumo

Através da análise de alguns elementos do que considerámos designar dispositivo de (pós)modernização agrícola, de que a ANP (Associação Nacional de Produtores de Pêra) constitui elo central, e do percurso do seu produto de marca, a Pêra Rocha do Oeste, pretende-se revelar a estrutura e as dinâmicas de um fenómeno de criação de valor por incorporação de conhecimento, técnico e simbólico, e a sua relação com a construção do território Oeste, responsável pela revitalização agrícola de toda uma região e, simultaneamente, as razões que têm determinado a fraqueza da irradiação concêntrica das actividades que resultaram do aproveitamento do valor do fruto, assim como a controversa relação produção/ distribuição, que determinou em parte a fraca aceitação da marca colectiva Rocha do Oeste.

A Pêra Rocha do Oeste (DOP) revela toda uma história de (pós)modernização do tecido agrícola português, da importância das redes sociais em que as instituições públicas e sobretudo os organismos supra-nacionais da União Europeia desempenham um papel central, todavia incapaz de ultrapassar a centenária desconfiança dos agricultores, a atracção da quantidade e a discrepância do tempo da estratégia e do tempo do mercado.

O trabalho resulta de uma pesquisa levada a cabo na região Oeste (Portugal), em que foram feitas entrevistas semi-dirigidas a uma série de actores sociais relacionados com a ANP e a Pêra Rocha do Oeste, submetidas a análise de conteúdo. Num segundo momento, serão utilizadas metodologias de análise de redes sociais, que permitirão tornar mais visíveis as relações de centralidade e poder dentro da referida rede.

Introdução

A globalização, na sua acepção mais próxima do conteúdo literal da palavra, constitui um processo de transformar em globais (mundiais) fenómenos locais. Ao abordar o caso da Pêra Rocha do Oeste, pretendeu-se precisamente inseri-la nesse complexo e multifacetado processo de mundialização e no fenómeno que lhe é inerente de valorização global por necessidade de “sobressair na multidão”, algo que apenas se consegue, ou através da submersão quantitativa (como é o caso da produção em massa da indústria chinesa), ou por diferenciação qualitativa. É esta última hipótese que aqui se pretende analisar, abordando o fenómeno num sentido, quer de análise da sua estrutura interna, quer da sua ligação dinâmica ao dispositivo de desenvolvimento agrícola incentivado pela PAC (e nesse sentido claramente supra-nacional e global) e à transformação contextual do próprio conceito de ruralidade, aliada, também ela, à complexidade da criação vivida de um território, cuja identidade residirá precisamente, na “ausência de identidade”.

O presente trabalho começa por abordar o conceito de ruralidade (Billaud,2004) como base teórica para a análise de ambas as facetas do caso Pêra Rocha do Oeste, a sua estrutura, analisada a partir da noção de dispositivo (Foucault) e da apresentação descritiva e contextualizada de alguns dos seus elementos, que funcionam como nódulos da rede que, ao enformar a estrutura do projecto, determinam igualmente a sua dinâmica. Esta, por sua vez, é igualmente abordada a partir da interligação entre as ideias de território (em construção) e de valor.

Por fim, apresentam-se alguns excertos significativos da trilogia temática (estrutura, poder e valor) emergente da análise de conteúdo das entrevistas semi-dirigidas a membros relevantes da rede da Pêra Rocha do Oeste. Na conclusão, pretende-se resumir o processo e referir algumas das suas conquistas e debilidades.

Ruralidade

A ruralidade, complexo paradigma sócio-cultural, identitário, económico e espacial que o projecto moderno tinha condenado à marginalização progressiva (Billaud, 2004), ressurgiu e readquire relevância tanto para a reflexão teórica, como para a decisão política, a partir de meados dos anos 90 do século XX, coincidindo com a aceleração do processo de globalização. Este ressurgimento deve-se a uma série de factores, dos quais o mais fundamental será a constatação básica e incontornável da vocação alimentar do sector agrícola, como vertente económica da ruralidade. O projecto moderno de industrialização deste sector foi-se esgotando ao ritmo da constatação da insustentabilidade das suas consequências, nomeadamente a desertificação dos espaços rurais, a degradação ambiental, o risco sanitário introduzido na cadeia alimentar humana e a ineficiência financeira do sistema.¹

Esgotado o projecto industrial, urbanizante, a alternativa não se coloca em termos de um “regresso às origens”, ainda que tal esteja presente como elemento motivador de uma parte da migração inversa, constatável em algumas áreas da Europa mais industrializada a partir de meados da década de 70 do século passado (Thomsin, 2001), mas de uma transformação da noção clássica de ruralidade, um processo que Laurence Thomsin (2001) define como rurbanização, ou seja, uma associação, endogenamente construída, a partir da interacção entre elementos locais e transplantados, entre hábitos de consumo, mobilidade e pluri-actividade urbana, na desconcentração rural, com todas as possibilidades proporcionadas por essa largueza de espaço.

Este movimento, determinado em última instância pela massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem sido activamente incentivado, senão mesmo forçado, pelo dispositivo (Foucault, 1997 cit. in. Billaud, 2004) criado no âmbito das sucessivas reformas da Política Agrícola Comum (PAC). Parte integrante e consequência determinante, quer do envolvimento estrutural deste dispositivo, quer da integração crescente da agricultura e, por consequência do meta-fenómeno da ruralidade, no mercado mundial, ressurgiu a questão do território e da relação política entre este, o estado-nação e a entidade supra-nacional União Europeia.

É pois com base na análise destas duas questões, o dispositivo montado para forçar a transformação agrícola e da representação de ruralidade, e o ressurgimento da noção de território, cuja relevância é simultaneamente económica/ comercial, identitária e política, que se pretende abordar o caso da pêra Rocha do Oeste, como variante específica deste processo de contornos simultaneamente europeus e globais, na medida em que exprime a integração do continente, enquanto espaço sócio-cultural e político, na orgânica contemporânea dos poderes mundiais.

O dispositivo

Em 1977, em entrevista concedida a uma revista psicanalítica, Michel Foucault definia o termo “dispositivo”, como as relações dinâmicas e multiformes que se estabelecem entre “o conjunto de elementos heterogêneos constituído pelos discursos, instituições, formas arquitectónicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, o dito, assim como o não dito.” O dispositivo detém uma “função estratégica dominante”, ele serve, em cada momento histórico, para responder a uma “necessidade urgente”. (Foucault, 1980, cit in Kessler, 2006).

Em torno da questão agrícola europeia constituiu-se um dispositivo cuja função estratégica é acorrer à “necessidade urgente” de (pós)modernizar o sector e, com isso, transformar a ruralidade. Este dispositivo associa o Estado, as elites profissionais, a investigação agronómica e técnica, o aparelho legislativo, etc. (Billaud, 2004) e, através da dinâmica das relações que se vão estabelecendo entre estes vários elementos, assim se tem vindo a formatar as práticas e os significados do mundo rural e da actividade agrícola.

O dispositivo de modernização da agricultura, segundo Jean-Paul Billaud (2004) está activo desde os anos 50 na Europa, tanto na Ocidental como na de Leste, e correspondeu à extensão do projecto moderno, ou seja industrial e urbano, visando a independência progressiva da actividade agrícola em relação ao seu substrato natural, separando este radicalmente da produção, através da criação das várias modalidades jurídicas de reservas de protecção da natureza, e transformando deste modo a produção agrícola numa actividade industrial, da ordem do artefacto.

Em Portugal, a industrialização efectiva da agricultura não chegou a ter lugar, a não ser em termos marginais. O paradigma da ruralidade clássica, que associa um micro-território a uma actividade e um género de vida (Billaud, 1999) não foi abalado antes da adesão do país à então Comunidade Económica Europeia (1985) e respectiva integração no dispositivo de modernização agrícola comunitário

¹ Insustentabilidade financeira da PAC, cujo orçamento passou de 11,6 mil milhões de euros em 1980 para 40 milhares de milhões em 2004 (Billaud, 2004), ainda que haja que considerar aqui os custos dos alargamentos da União Europeia.

que, no entanto, já se encontrava então numa fase de revisão de pressupostos, ou seja de alteração das relações entre os vários componentes do dispositivo, desviando-se, de reforma da PAC em reforma da PAC, da ideia de separação entre agro-artefacto (produção - sociedade) e reserva total (protecção - natureza), para uma ideia de agricultura sustentável e desenvolvimento rural integrado. Uma alteração estratégica, mais uma vez visando a “necessidade urgente” de minorar os gravíssimos problemas ambientais ligados ao uso e abuso da agricultura industrial, baseada na utilização de químicos e no esgotamento de solos pela monocultura intensiva, e ir preparando a Europa para a necessidade de desenvolver uma agricultura competitiva em termos globais, no dia em que a exigência do comércio livre se tornar uma realidade.

Em Portugal, por razões diversas das que impediram a industrialização agrícola, ou precisamente porque esta se iniciou tardiamente, num momento em que os parceiros comunitários já se começavam a preocupar especialmente com uma nova “necessidade urgente”, a mudança só se impôs no dia em que a legislação comunitária decorrente da reforma da PAC de 1996, recomendou a criação de um elemento básico do dispositivo agrícola actual, as Organizações de Produtores. No sector das frutas e produtos hortícolas, estas estruturas aparecem recomendadas no Reg. (CE) 2200/96, no entanto, apenas em Agosto de 2003, a Comissão Europeia estabelece as regras de execução do regulamento de 1996 em relação ao reconhecimento e pré-reconhecimento das organizações e agrupamentos de produtores neste sector (Reg.(CE) 1432/2003) e respectivos programas de financiamento (Reg. (CE) 1433/2003).

Alguns elementos do dispositivo

A pêra Rocha do Oeste é uma das primeiras fileiras agrícolas a organizar-se segundo os novos moldes, iniciando o processo de constituição de associações de produtores, empresas, grandes centrais fruteiras, estruturas de disseminação de conhecimentos científico-técnicos, etc., com o objectivo de organizar o sector, controlar a produção, desenvolver a comercialização e, por conseguinte, valorizar o produto.

Alguns anos após a adesão de Portugal à CEE e sob o incentivo de personalidades locais, algumas das quais “retornadas” de largos anos de vivência na capital (ANP,2003:35-39)², nasceu a primeira associação de produtores, a APAS³, formalmente constituída em 1989. O artigo 9º dos estatutos desta organização estabelecia que era seu objectivo “envidar todos os esforços para a promoção e desenvolvimento da pêra Rocha”(idem), tarefa que levou a cabo através da concretização de três linhas estratégicas: técnica (reconversão do pomar, formação e apoio ao fruticultor, difusão de novas formas de cultivo, etc.), comunicacional (organização de colóquios e jornadas, divulgação da pêra Rocha junto dos poderes políticos através da apresentação de projectos, nomeadamente a criação de uma marca para a pêra Rocha apresentada à equipa técnica do PDAR⁴ do Alto Oeste logo em 1989, etc.) e organizativa (precursora de dois dos pilares fundamentais da actual rede, a ANP e a CODIMACO).

A CODIMACO⁵, por seu turno, foi instituída oficialmente em 1993, embora nos dois anos anteriores os seus protagonistas já tivessem trabalhado no sentido de obter o reconhecimento da pêra Rocha como DOP (Denominação de Origem Protegida)⁶. Desde então, a missão da CODIMACO passou a ser o controlo e certificação da qualidade da Pêra Rocha do Oeste (DOP), trabalhando para tal em estreita colaboração com a ANP⁷. A CODIMACO evoluiu no sentido da diversificação dos seus serviços, e recentemente da empresarialização da sua estrutura organizacional. A oferta progressiva de serviços de controlo de qualidade e certificação a um leque alargado de horto-frutícolas foi despoletada num primeiro momento pela crise de produção de 1998, devido ao péssimo ano agrícola de 1997, em que a produção de pêra Rocha caiu cerca de 95% e muitos agricultores do Oeste procuraram forçar o governo de então a declarar a região “zona de calamidade”, e num segundo momento pela pressão crescente da normalização da produção, nomeadamente devido às políticas comunitárias de protecção ambiental na agricultura, de que é exemplo o EurepGAP/GlobalGAP⁸. Já a empresarialização, em Abril de 2008 surgiu como forma

² A ruralidade da região Oeste apresenta algumas especificidades devido à intensa e já longa relação de proximidade, quer geográfica, quer comercial, com a capital do país. A intensidade desta relação cresceu enormemente com a construção da autoestrada A8, tendo esta vindo a contribuir de forma decisiva para a transformação da região num espaço simultaneamente peri-urbano e rurbanizado (Thomsin, 2005).

³ Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena.

⁴ Programa de Desenvolvimento Agrário Regional.

⁵ Associação Interprofissional Gestora de Marcas Colectivas, entretanto (Abril, 2008) transformada em empresa, CODIMACO-Certificação e Qualidade, Lda.

⁶ Regulamento CE nº 492/2003 de 18 de Março.

⁷ Associação Nacional de Produtores de Pêra.

⁸ Standard europeu e depois mundial que estabelece critérios de implementação e controlo de boas práticas agrícolas. http://www.globalgap.org/cms/front_content.php?idcat=2

de credibilização, tanto em termos de entidade independente certificadora da pêra Rocha do Oeste (DOP), como para aumentar a margem de manobra em termos de diversificação de oferta de serviços de controlo de qualidade e certificação.

“Mas dado que nos nossos órgãos sociais tínhamos algumas entidades que poderiam ser nossos clientes, ou eram nossos clientes. Estavam a ser levantados muitos entraves à continuação desse modelo de funcionamento, e então, a associação optou por encerrar e propor aos técnicos que criassem uma entidade que acolhesse estes serviços. Portanto foi o que aconteceu.”⁹

Considerando a fileira da Pêra Rocha do Oeste como um exemplo do dispositivo agrícola global, então a ANP constitui o seu principal elemento. A Associação Nacional dos Produtores de Pêra (ANP) foi fundada em Dezembro de 1993 “visando reunir num único fórum os principais intervenientes no sector da pêra (Rocha) de Portugal, que em comum tenham como objectivo a produção sustentada de pêra de qualidade” (ANP, 2006). A ANP engloba uma série heterogénea de associados colectivos¹⁰, associações de fruticultores ou de desenvolvimento regional, centrais fruteiras, exportadores, autarquias e instituições de crédito, e tem como principal missão a gestão da marca Pera Rocha do Oeste (DOP), “defendendo e promovendo a imagem de qualidade do fruto e dos agentes envolvidos na sua produção, comercialização e marketing.” (idem). O financiamento da ANP depende das quotizações dos seus membros e do financiamento de projectos no âmbito dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio (QCA).

A gestão da marca e a sua promoção e desenvolvimento envolve toda uma série de actividades em âmbitos tão diversos como: a produção (controlo da qualidade através da Codimaco, inventário da disponibilidade de frio, por ex.); a comercialização, interna (promoção junta das grandes superfícies comerciais) e a exportação (consolidação dos mercados tradicionais e busca de novos clientes através da presença activa em feiras da especialidade como a Fruit Logistica em Berlim¹¹ ou o SIAL em Paris¹²); a divulgação (imprensa, projectos de promoção junto das escolas, organização de concursos de fotografia e de receitas com base no uso da Pêra Rocha do Oeste, etc.) e a comunicação (interna entre os sócios, particularmente a difusão de boas práticas e dos avanços científico-técnicos no âmbito do cultivo e da conservação entre outros).

Em Janeiro de 2006, oito grandes associados da ANP, centrais fruteiras, exportadores e fornecedores de grandes superfícies, apresentaram publicamente a Rocha do Oeste, uma pêra seleccionada, topo de gama, com parâmetros de qualidade específicos garantidos, tanto a nível do produto como do modo de produção. A Rocha do Oeste representou uma aposta importante da ANP tanto em termos comerciais como organizacionais, na medida em que os associados aderentes abdicaram das suas próprias marcas para aparecerem no mercado interno com uma imagem única e colectiva, propondo um fruto cuja diferenciação se pretendia ligada a uma qualidade superior, por um lado, e a um território, o Oeste, por outro.

A apresentação pública do projecto, que significativamente teve lugar em Óbidos¹³, atraiu a atenção e até o entusiasmo dos representantes de todas as grandes superfícies e, em termos comerciais cifrou-se num enorme sucesso¹⁴, de tal forma que no ano seguinte, mais três grandes associados aderiram ao projecto Rocha do Oeste. O período entre meados de 2005 e meados de 2007 representou um auge na actividade da ANP, nomeadamente em termos de divulgação da Pêra Rocha do Oeste, cuja publicitação assentou crescentemente em temas como a alimentação saudável de jovens e adultos ou o valor da pêra como matéria-prima de confecção de refeições e sobremesas *gourmet*. Em termos internos, multiplicaram-se as iniciativas com o objectivo de desenvolver um sentido de pertença e comunhão de interesses entre os sócios¹⁵. No entanto, tanto as manifestações de desconfiança interna, como as

⁹ Entrevista ao responsável da Codimaco em Agosto de 2008.

¹⁰ Organizações e não sócios individuais.

¹¹ http://www1.messe-berlin.de/vip8_1/website/Internet/Internet/www.fruitlogistica/englich/index.html

¹² http://en.sial.fr/ExposiumCms/do/exhibition/SIAL+GB/About+SIAL/SIAL+2008/siteId_293116/pageId_187420

¹³ A associação de vários eventos patrocinados pela ANP a lugares de grande valor patrimonial da região Oeste demonstra, por um lado, a importância que é atribuída ao valor simbólico do espaço e, por outro, o apoio autárquico ao projecto.

¹⁴ Primeira campanha 2005/2006 (8 associados = centrais fruteiras exportadoras e fornecedoras das grandes superfícies) - 44 ton. vendidas em 3 meses

Segunda campanha 2006/2007 (11 associados) – 670 ton. vendidas em 8 meses

A média mensal de comercialização cresceu 5,7 vezes de um ano para o outro.

¹⁵ Encontros formais e informais, cerimónias e convívios, concursos de arte, fotografia, culinária, etc. A Inforocho, boletim electrónico informativo interno, era publicado quinzenalmente, o que permite deduzir

dificuldades negociais com as grandes superfícies, ciosas da imposição das suas próprias marcas, e as dificuldades de sustentação de actividades muito baseadas em projectos financiados externamente, determinaram o declínio do projecto Rocha do Oeste, sem no entanto afectar a comercialização da pêra Rocha de uma maneira geral.

A ANP ocupa no dispositivo que tem vindo a ser apresentado um lugar central, quer em termos organizativos, quer comerciais e de comunicação, no entanto, a tarefa de difusão das boas práticas agrícolas, nomeadamente a divulgação de resultados da investigação científica agrónómica levada a cabo em torno da melhoria do cultivo de pêras e outros horto-frutícolas, cabe essencialmente a um outro elemento, o COTHN.

O Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional¹⁶, fundado em 2001, reúne entre os seus associados instituições públicas ligadas ao Ministério da Agricultura, universidades, empresas do sector horto-frutícola e organizações de produtores. O seu principal objectivo é precisamente “fazer uma ligação entre esses dois mundos, entre o público e o privado, e entre as pessoas que produzem conhecimento – os investigadores, os professores - e quem necessita de conhecimentos, os empresários, os técnicos”¹⁷. Essa ligação materializa-se num vasto conjunto de acções, em que o COTHN assume sobretudo a função de “broker de informação”¹⁸, na medida em que facilita aos investigadores a divulgação dos seus resultados e aos técnicos e empresários agrícolas o estabelecimento de contactos mútuos, para além de controlar e certificar as árvores de pêra Rocha, nomeadamente o processo da sua produção em viveiro.

Um elo incontornável deste dispositivo, e o que mais tem contribuído para uma certa diversificação concêntrica de actividades, total ou parcialmente ligadas ao *boom* da pêra Rocha do Oeste, é a Associação de Desenvolvimento Local (ADL) LeaderOeste. Ao contrário das restantes associações mencionadas, a LeaderOeste não resulta directamente do desenvolvimento do cultivo da pêra, embora a data da sua fundação, 1994, coincida com o início do processo de institucionalização do movimento de (pós)modernização agrícola do Oeste, em torno do cultivo e comercialização da Pêra Rocha (DOP).

A LeaderOeste é uma associação privada sem fins lucrativos, que nasce com o objectivo de gerir localmente o programa Leader da União Europeia¹⁹, responsabilizando-se pela selecção de projectos elegíveis ao abrigo desta iniciativa e pelo apoio à sua implementação, constituindo, nesta medida, um organismo de apoio e mesmo substituição de funções dos serviços da Administração Pública²⁰.

O facto de a Leader Oeste surgir “em resposta a uma oportunidade, que é um fundo estrutural. Não surge por uma necessidade, ou por um imperativo de reconhecimento social ou económico da região. Portanto, surge como precisamente não devia de surgir. O nome é inequívoco, é Leader Oeste, é o pior nome que se pode dar a uma associação, que é colá-lo a um programa de incentivos”²¹ não implicou a sua dependência exclusiva deste fundo, pelo contrário, o objectivo expresso da associação é precisamente a auto-sustentação financeira, de modo a adquirir maior poder estratégico na região, dispondo de mais meios para apoiar os pequenos projectos de desenvolvimento local²², que constituem precisamente uma das facetas mais dinâmicas e criativas do dispositivo de (pós)modernização rural que se desenvolveu em torno, a pretexto, ou na confluência do cultivo e comercialização da Pêra Rocha do Oeste.

O território

não só a quantidade de informação disponibilizada, como o esforço e a vontade colocada nessa dinamização comunicacional interna.

¹⁶ http://www.cothn.pt/portal/index.php?first_time=1

¹⁷ Entrevista a um responsável do COHTN em Julho de 2007.

¹⁸ Idem

¹⁹ http://www.leader.pt/programa_nacional.htm

²⁰ <http://www.leaderoeste.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=40c0ff11-6fc4-4893-b85b-fff6e76ac339&m=b23>

²¹ Entrevista a responsável da LeaderOeste em Junho de 2008.

²² “Os fundos europeus têm sido sempre a garantia desta casa. Nós estamos a trabalhar no sentido de eles deixarem de ser. E através de projectos próprios de investimento produtivo em diversas áreas. Diversas áreas, que à medida que elas vão produzindo resultados, vamos sendo menos dependentes em fundos estruturais e vamos aplicando cada vez mais os fundos estruturais em replicação. É nesse sentido. Nós queremos chegar a 2010, portanto daqui a 2 anos, sendo 100 % auto-sustentáveis. Vamos conseguir. Estou seguro disso. Não tenho dúvidas em relação a isto. Nessa altura tudo o que é fundo estrutural tem um efeito muito mais multiplicador. Porque a casa deixa de depender deles. E é neste sentido que eu julgo que vamos ter, cada vez mais, uma palavra a dizer em termos estratégicos na região, em termos de pequenos projectos”. (Entrevista a responsável da LeaderOeste em Junho de 2008)

Os contentores dos camiões da Granfer (uma das grandes cooperativas produtoras e exportadoras de fruta da região Oeste e parceiro do projecto Rocha do Oeste) ostentam enormes planos fotográficos da vila histórica de Óbidos nas suas duas faces laterais e imagens de cachos de pêra Rocha ainda por colher na face traseira. A decoração dos camiões, que regularmente percorrem as estradas europeias, simboliza precisamente a ligação entre o produto e o património, no sentido de construção de um território.

As cerimónias de entronização da Confraria da Pêra Rocha do Oeste²³, um outro elemento do dispositivo que tem vindo a ser apresentado, sempre tiveram lugar em espaços de elevado valor simbólico, histórico e arquitectónico da região Oeste, como a Quinta da Regaleira²⁴, as quintas do Sanguinhal ou dos Loridos, o Mosteiro de Alcobaça. Da mesma forma, os encontros anuais da Pêra Rocha, que reúnem produtores, exportadores e técnicos, realizam-se em espaços desta natureza, grandes quintas que associam a tradição das suas casas ao actual desenvolvimento da produção agrícola.

A questão do território é fundamental no contexto da ruralidade contemporânea. Segundo Thomsin (2005) é em grande medida a abundância de espaço físico que diferencia as noções de periurbanização e rurbanização. Mas para além da dimensão física, o território é parte integrante e determinante da construção identitária e, no contexto da mundialização, tem vindo a adquirir uma relevância económica e política que até recentemente estava exclusivamente subordinada às delimitações nacionais. E, muito embora o Estado-nação permaneça como órgão de controlo, na sua qualidade de garante da soberania, vê-se obrigado a negociar tanto com os poderes transnacionais, como com os locais (Abdelmalek, 2005)²⁵. Neste contexto, o território surge como o lugar de reconstrução de uma identidade local, frequentemente ligada à profissão, ao trabalho, a um mercado específico, “*atravessada pela internacionalização das trocas e a europeização das medidas políticas e administrativas.*” (Abdelmalek, 2005). Segundo Abdelmalek (2005) a construção do espaço transnacional europeu está em grande medida dependente do reforço do poder político, económico e identitário destes territórios que, para além de um espaço delimitado por fronteiras mais ou menos informais²⁶, é um espaço onde se desenrolam os jogos políticos locais, onde se recriam/ reinterpretem valores e onde se constrói a relação com o tempo, nomeadamente através do conceito de património. Aliás, para Billaud (2004), a reemergência do território e do património está precisamente ligada à crise do projecto moderno, que foi sobretudo um projecto quantitativo e *top down*, em que a questão do tempo era marginal, na medida em que a sustentabilidade não era considerada, e a questão da diferença minimizada, na medida em que a competitividade se media pela quantidade e pela uniformidade. Actualmente, a competitividade no mercado mundial mede-se pela máxima do marketing - “sobressair na multidão!”- e, neste contexto, o território²⁷ assume um papel determinante, quer externamente (não só em termos de instituição transnacional, União Europeia, mas mesmo em termos globais), quer internamente, em termos de construção identitária e espaço de acção política.

O Oeste: território vivido

O Oeste pode ser considerado um território vivido e em construção, cuja identidade se baseia na “ausência de identidade”²⁸, por um lado, e por outro na falta de suporte administrativo que ofereça consistência às suas fronteiras. De facto existe uma sobreposição apenas parcial entre os vários tipos de

²³ Constituída em Maio de 2004 com objectivos externos, de incentivo ao consumo de pêra Rocha do Oeste e divulgação do fruto e das suas propriedades, e internos, de comunicação e coesão, a Confraria da Pêra Rocha do Oeste foi a primeira confraria gastronómica dedicada a um fruto. Presentemente existe também a Confraria da Cereja da Cova da Beira, por sinal apadrinhada pela primeira.

²⁴ A primeira cerimónia de entronização realizou-se nos Paços do Conselho do Cadaval, o que demonstra a ligação intrínseca ao poder autárquico, tanto mais que, no caso específico do Cadaval, o respectivo presidente da câmara foi um dos pioneiros de todo o processo, e a segunda cerimónia teve lugar na Quinta da Regaleira em Sintra, uma vez que o fruto teve origem precisamente neste conselho.

²⁵ “*Nous vivons, semble-t-il, dans un monde de territoires polymorphes où les niveaux peuvent s’imbriquer, et où les identités des individus et des groupes fluctuent de plus en plus, au point que pour certains il y a perte de repères. Serait-il question de «formes d’intégration post-nationales», comme le remarquait Norbert Elias?»* (Abdelmalek, 2005)

²⁶ A questão da delimitação administrativa e/ou da construção do território vivido, ou seja, mais dependente de uma associação directa entre esta noção e uma identidade ligada a um trabalho e um mercado específicos, é um tema referido por vários dos actores sociais ligados à pêra Rocha do Oeste.

²⁷ As noções francesas de *terroir* e *pays*, são muito significativas a este nível.

²⁸ O estilhaçamento dos interesses e dos objectivos, as relações carregadas de “violência simbólica” e a “mentalidade de casaleiro” levam o reponsável da LeaderOeste a negar ao Oeste uma identidade própria. (Entrevista a responsável da LeaderOeste em Junho de 2008).

divisão administrativa que enformam o território Oeste²⁹, o que dificulta a sua governabilidade por um lado e o seu desenvolvimento económico, nomeadamente em termos de acesso a fundos estruturais ou de promoção turística. Por outro lado, o Oeste é um território cuja identidade, marcada pela “ausência de identidade”, também se deve à extrema heterogeneidade e à particular mobilidade humana, social e económica que a sua localização, na proximidade da cidade de Lisboa, lhe oferece.

O Oeste poderá pois ser caracterizado como um território profundamente híbrido, onde se interligam traços de ruralidade, de urbanidade, de sub-urbanidade e de região turística e de lazer, crescentemente procurada como lugar de segunda ou mesmo primeira residência por cidadãos do norte da Europa, em busca da amenidade do clima, da hospitalidade das gentes e da tranquilidade do espaço.

Trilogia temática

Com o objectivo de analisar de forma aprofundada o caso da Pêra Rocha do Oeste enquanto exemplo local do dispositivo de (pós)modernização agrícola induzido e materializado pela Política Agrícola Comum da União Europeia, e respectiva integração no mercado mundial, precisamente a partir da valorização simbólica do fruto, associada quer à inscrição no território (DOP), quer à incorporação de conhecimento (tácito e explícito³⁰), foram efectuadas 15 entrevistas semi-dirigidas a uma série de actores sociais envolvidos no projecto, quer directa quer indirectamente, as quais foram posteriormente submetidas a análise de conteúdo. Desta análise resultaram três grandes temas, cuja imensa complexidade apenas poderá ser afluada no presente contexto devido às óbvias limitações de espaço.

Estrutura

A temática da estrutura é abordada pelos entrevistados sobretudo de dois modos fundamentais, um mais concreto, em que se abordam as várias organizações que são parte do dispositivo, os seus objectivos, projectos, carácter, formas de funcionamento etc., e um outro mais geral, com referências várias à estrutura sócio-cultural, nomeadamente à sua hibridez e à manutenção de uma grande distância hierárquica, sobretudo entre os actores centrais do dispositivo, os agricultores-empresários (Abdelmalek, 2005)³¹ e os pequenos proprietários e trabalhadores rurais, embora estes últimos sejam pouco relevantes³². Esta distância expressa-se, por exemplo, no discurso reverente de um pequeno proprietário agrícola em relação à sua cooperativa e aos técnicos que lhe prestam apoio no tratamento dos pomares: “*A cooperativa principal é do Cadaval. (...) Aquela do Cadaval é uma cooperativa que já foi fundada já há muitos anos e está sempre a evoluir. É uma das cooperativas mais valentes aqui da região. (...) Aquilo há muitos tratamentos. Depois, eles é que receitam os tratamentos que a gente vai por. Há tratamento que são proibidos, não se pode por. (...) Pronto é como eles mandam. Eles é que mandam. Tem os técnicos. Os técnicos é que mandam a gente, o que a gente está a fazer. Detectam aquelas coisas. Pronto. Sei lá o*

²⁹ O Oeste está organizado em Comunidade Urbana, a qual corresponde às “fronteiras” consagradas na NUT III Oeste, ou seja é constituída pelos concelhos de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Torres Vedras, Lourinhã, Bombarral, Cadaval, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobaça e Nazaré. Por outro lado, o Oeste insere-se na grande Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que tem prejudicado bastante o território em termos de acesso aos fundos de coesão, e a Região de Turismo do Oeste compreende Rio Maior, que é parte da Lezíria do Tejo, e deixa de fora Nazaré e Alcobaça, embora ambos os concelhos já tenham entretanto solicitado a adesão a esta estrutura. Quanto à região produtora de Pêra Rocha do Oeste, ela integra todos os concelhos da NUT III, mais os concelhos de Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira, que fazem parte da Grande Lisboa, e Rio Maior, que está integrado na Lezíria do Tejo.

³⁰ O conhecimento tácito do “saber de experiência feito” dos velhos fruticultores do Oeste e o conhecimento explícito do dispositivo de apoio científico à produção sustentável, na senda da (pós)modernização agrícola europeia e mundial (PAC, GlobalGAP, etc.).

³¹ A categoria de agricultor-empresário constitui uma adaptação ao contexto português da tipologia de Abdelmalek constituída por “camponeses-nacionais”, “agricultores” e “empresários da Europa”. Os “camponeses nacionais” são idênticos aos pequenos proprietários rurais, quanto aos produtores e exportadores agrícolas que estão à frente das OP’s e outras associações de produtores, e que aqui se designam por agricultores-empresários, eles podem constituir um híbrido entre as duas últimas categorias propostas por este autor (2005).

³² Praticamente não existem trabalhadores rurais a tempo inteiro. A maioria dos que não dispõem de terra própria emigrou para os espaços urbanos ou mesmo para fora do país. A necessidade de mão-de-obra agrícola é parcialmente suprida, na época das colheitas, quer pela inter-ajuda dos pequenos proprietários e seus familiares, que pelos jovens em férias de Verão, quer ainda por jornaleiros contratados, que exercem ao longo do ano outro tipo de actividade.

que é, eles é que sabem o que é aquilo, detectam aquelas coisas com análises. E a gente tem, como somos da cooperativa, pertencemos àquela organização, temos que fazer aquilo que eles mandam.”³³

O âmbito necessariamente reduzido deste artigo não permite um aprofundamento da temática das organizações de produtores e outras associações e cooperativas que constituem os principais elementos do dispositivo, refira-se apenas a consciência clara das dificuldades inerentes ao processo associativo:

*“Há muitos anos que todos nós lutamos, que achamos, quer a associação quer os vários empresários, que temos que ter uma imagem comum, só que nunca se conseguiu arranjar consenso, e como é que se faz e quem é que faz e quem é o dono e como é que se gere (...)...é este o esforço que estamos a fazer presentemente e vamos...que é preciso que haja pessoas que acreditem, não é?... que invistam dinheiro, fazer promoção e marketing há que investir dinheiro e há que investir tempo (...) porque pôr as pessoas a ser sócias, falarem as pessoas falam, agora ser sócias de um projecto, e ser sócias é pôr o seu dinheiro, não é?...e abdicar, em alguns sítios do seu nome, não é?...perante o consumidor e passarem a apostar no nome comum, não é?”*³⁴

E o orgulho expresso, porque apesar de: *“Geralmente não há sócios, em Portugal não há sócios. As pessoas trabalham sozinhas, porque não têm confiança.”*³⁵, ter sido possível: *“Nós primeiro associámo-nos para exportar e provou-se, não sei se as pessoas têm mais bom senso na zona do Oeste (...), porque...conseguiu-se pôr de acordo e encontrar consenso no seio de uma quantidade enorme de operadores, que todos uniram esforços pelos mesmos objectivos, para atingir os mesmos objectivos. Isto é um facto”*³⁶, ao contrário dos produtores de laranja do Algarve e numa evidente elegia ao espírito empreendedor e laborioso das gentes do Oeste, que: *“Eles não tiram partido disso, eles têm tudo e não tiram partido disso. Nós aqui não temos quase nada e conseguimos fazer. É a diferença. É a diferença do espírito das gentes...do saber fazer, da vontade de fazer. Acima de tudo acho que é a vontade de fazer.”*³⁷

A questão financeira constitui, como é evidente, um dos principais problemas, sendo que a este nível a postura dos vários elementos do dispositivo não é unânime. Se por exemplo, a LeaderOeste visa explicitamente libertar-se, em termos internos, da dependência dos fundos europeus como já foi referido³⁸, a ANP não encara a questão do mesmo modo, alegando inclusive que os financiamentos de que depende são condição da sua competitividade, já que eles são normalmente atribuídos às empresas estrangeiras: *“Cá em Portugal, todas as iniciativas de investimento têm uma componente de apoio. Qualquer indivíduo que traga uma fábrica cá para Portugal, ou inglês, ou irlandês, ou um tipo qualquer, negocia com o governo português uma isenção do IRC, ou um apoio não sei quê, ou que o terreno lhe é dado, não é? Portanto, a única coisa que a gente quer é fazer de conta que somos da Irlanda, ou de um outro país. A ajuda que nós pretendemos é uma ajuda que fosse dada a alguém de fora que viesse cá e que o governo português iria dar apoios. (...) É que nós não podemos concorrer com uma empresa irlandesa ou com uma empresa belga ou holandesa tendo eles apoios e nós não.”*³⁹ No entanto, esta dependência, associada à inércia do Estado: *“o quadro comunitário que devia ter começado em Janeiro de 2007 e, desorganização brutal, tanto é que o quadro comunitário não se gastou, ainda, uma única verba do novo quadro comunitário de apoio. Não foi aprovado um único projecto, nem sequer saíram as portarias.”*⁴⁰, é altamente penalizadora do funcionamento da organização, já que determina a descontinuidade do ritmo de trabalho, os altos e baixos dos projectos financiados e o elevado *turn over* dos recursos humanos: *“O que nós temos, quando for necessário fazer, temos quando houver actividades é fazê-las e temos que contratar alguém fora, portanto, nós temos que coordenar projectos...Por exemplo, se nos aparecer algum projecto, de um ano ou dois, minimamente estável, a gente pode contratar uma pessoas por um ano ou dois para fazer esse projecto. Por outro lado, a nível de rotação, os técnicos todos que nós tivemos foram roubados por nossos associados, ou por parceiros. (...) Não há... Para nós é um bocado penalizador porque obriga a começar de novo, mas para este ...global, estamos a formar pessoas, e as pessoas, a maior parte deles, estão muito bem.”*⁴¹

Poder

³³ Entrevista a José Torcato, pequeno proprietário rural, fruticultor, em Agosto 2007.

³⁴ Entrevista a responsável da ANP, 2006. O excerto refere-se ao projecto da Rocha do Oeste, em que os empresários aderentes abdicavam das suas imagens individuais para assumirem uma marca colectiva no mercado nacional.

³⁵ Idem.

³⁶ Entrevista ao grão-mestre da Confraria da Pêra Rocha do Oeste, produtor e exportador de fruta, 2006.

³⁷ Idem.

³⁸ Nota 22.

³⁹ Entrevista a responsável da ANP, 2008.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

A questão do poder é abordada de diversas formas pelos entrevistados. Ela surge associada ao dilema dependência/ independência, quer em relação à União Europeia, quer em relação ao Estado central e mesmo ao poder local⁴². Uma das questões mais referidas neste âmbito é a da irracionalidade da divisão administrativa que dificulta, senão impede, segundo os discursantes, a constituição efectiva de um território Oeste, com todas as implicações económicas, políticas e identitárias daí provenientes⁴³. A representação do Estado é, por conseguinte, a de um organismo externo mas omnipresente, quer em termos positivos (apoios sob a forma de políticas, incentivos, financiamento de projectos, ainda que na qualidade de intermediário do poder supra-nacional europeu), quer em termos negativos, devido ao excesso de burocracia⁴⁴, à inércia e à irracionalidade.

Para além do Estado, a questão do poder surge sobretudo associada à relação entre os produtores e as grandes superfícies de distribuição. Também esta é uma relação ambivalente, em que por um lado os supermercados aparecem como impulsionadores de modos de produção mais sustentáveis: *“Apesar de não surgir o nome “produção integrada”, ela muitas vezes estava a ser praticada porque as cadeias de supermercados começaram, então, a entrar na onda, realmente, e porque os quesitos de segurança alimentar assim o exigiam, que elas oferecessem garantias e uma delas foi agarrar nesses produtos com algum tipo de preocupação ambiental. Aliás, permanece e tem vindo a crescer porque, lá está, as cadeias de supermercado, neste momento, uma das grandes preocupações, quando se dirigem a um possível fornecedor, é que tenha um dos factores, nem digo já de selecção, mas de entrada, é o cumprimento de um determinado, digamos, leque de regras a esse nível.”*⁴⁵; mas por outro, são responsáveis pela crise do projecto Rocha do Oeste, na medida em que impediram a afirmação da marca colectiva através da imposição das suas respectivas marcas e, por conseguinte, dificultaram a percepção pelo cliente do valor do fruto associado a uma imagem de marca própria: *“Nós íamos ter com todos eles e todos eles quiseram impor e aliar à marca... a nossa marca ser um híbrido. A nossa marca casar-se com a marca deles. Com o Carrefour, ou com o Modelo-Continente, ou com o Pingo Doce ou com o Intermarché. Todos quiseram casar a nossa marca com a marca deles. (...) Na loja quem manda é o dono da loja e os supermercados disseram que não era possível manter a Rocha do Oeste pura. Então, casámos a imagem com os vários supermercados. E, ao casar a imagem, a imagem perde força e visibilidade.”*⁴⁶ A relação com as grandes superfícies surge também como um dos pontos de conflito no interior da ANP e nomeadamente entre os

⁴² *“A associação de início era considerada uma coisa das câmaras e das juntas. As pessoas não vinham cá. Actualmente não é assim. Não é assim. Apesar das Câmaras continuarem a achar que é...”*, Entrevista a responsável da LeaderOeste, Junho 2008.

⁴³ *“O distrito divide a região Oeste a meio (...) E repare bem na organização administrativa que esta região tem. Tradicionalmente dividida. Tradicionalmente. Os únicos tipos que botaram alguma seriedade nisto foi Bruxelas. As NUT III. (...) A Região de Turismo do Oeste não corresponde à NUT III. A Associação de Municípios do Oeste não corresponde à NUT III. (...) A Região de Turismo não vai a Alcobaca sequer...E contempla Rio Maior que pertence à Lezíria do Tejo. A Associação de Municípios tem a Azambuja, ainda por cima. É fácil de perceber. Até aqui, estamos outra vez a falar da falta de identidade. As estruturas mais políticas, entre aspas, da região, do ponto de vista associativo, público regional, estas barras todas, não se conseguem estabilizar em torno de uma coisa. A única situação que foi criada, mas que é uma figura jurídica e não mais que isso, que é Área Metropolitana, não é Área Metropolitana, é Comunidade Urbana do Oeste. É a única que corresponde à NUT III. Porque a Associação de Municípios, por inerência, fez esse ajustamento. (...) Portanto, há sempre aqui um conjunto de situações híbridas, mais situações híbridas.”* Entrevista a responsável da, LeaderOeste, Junho 2008.

⁴⁴ *“No próprio IVV mandavam-me pra aqui e mandavam-me pra ali.(...) Até a Guarda Fiscal em Peniche. Tive que ir a Peniche umas poucas de vezes. São eles que tratam da alfândega aqui da região Oeste. A aguardante é um produto de alfândega. Mas de lá mandaram pra Lisboa, pro IVV. Depois o IVV mandou pra ASAE. Depois a ASAE disse que não era lá. Que era no IVV. Depois eu cheguei um dia à senhora do IVV e disse, olhe a senhora desculpe, mas isto tem que ser aqui. Estava-me a irritar mesmo. Porque de lá venho eu agora e você está-me a mandar pra lá. E de lá mandaram-me pr’aqui. Depois o IVV... Tínhamos que mudar toda..., depois que já tínhamos feito as caixas, tínhamos que mudar toda a imagem, tudo o que estava escrito.”* Entrevista a Cidália Tomás, artesã de doces e licores, em Julho de 2007. Relato da saga burocrática que conduziu à legalização da produção e venda de aguardente de pêscoada.

⁴⁵ Entrevista a responsável da Codimaco, Junho de 2008.

⁴⁶ Entrevista a responsável da ANP, Junho 2008.

aderentes do projecto Rocha do Oeste, sobre a melhor forma de conduzir a relação com este parceiro poderoso: “*Houve alguns parceiros que achavam, que eram puristas, e que achavam que a nossa marca devia manter-se sozinha, sem esse casamento de imagem, de associar a imagem uma à outra. E achavam que nós tínhamos força suficiente para impor uma imagem só nossa. Viu-se que não...*”⁴⁷; cujas políticas, ainda que lesivas, são encaradas com alguma compreensão: “*Qualquer presidente da câmara quer e abre uma quantidade de supermercados muito grande. O que é que faz? Faz com que os supermercados, em vez de pensarem em estratégias futura, pensem na luta do dia-a-dia, pq abrem uma nova loja, tem 7, 10 ou 15 caixas, contratam as pessoas para servirem de caixa e essas pessoas servem de caixa durante 6 meses. Ao fim de 6 meses, abre outro supermercado ao lado, e as vendas desse ponto de venda caem para um terço e a loja passa a estar vazia. E passa naquela vila, ou naquela pequena cidade, a haver uma quantidade de lojas. E essas lojas têm que entrar em guerra com a loja que está ao lado. Em vez de uma cidade ter um grande centro comercial, tem variadíssimos. Ou seja, as lojas que estão na rua passam a ser os vários supermercados e esses supermercados entram numa competição muito grande entre uns e outros, o que faz que cada um precise ter produtos próprios. E a nossa ideia de ter um único produto que fosse comum aos vários, com uma imagem comum, vai contra o espírito deles, que não podem, porque precisam estar vivos. Não podem oferecer qualidade, têm que oferecer preço, portanto, não podem oferecer o produto bom.*”⁴⁸

O binómio qualidade/ quantidade é outra das formas de expressão de um conflito, que é tanto externo, ou seja, baseado no diferencial de poder da relação comercial com a distribuição, como interno, ou seja, inerente aos próprios promotores do projecto, intimamente divididos entre a vontade de criar um fruto de excelência: (...)*sim, isto é uma criação (...)* é uma pêra com uma qualidade que nós garantimos (...)*tem uma imagem constante, tem uma qualidade mínima que, abaixo daquilo não é de certeza (...)*⁴⁹; e a necessidade de escoamento do produto no seu conjunto: “*Sim, tudo o resto vem por arrastamento*”⁵⁰. *Mesmo até as outras coisas que nós temos*⁵¹, não é? *Que não vamos vender com este ...com esta designação*⁵².... *Esta imagem vai ajudar (...)*⁵³. O conflito entre a aspiração qualitativa e a necessidade quantitativa exprime-se igualmente através das diferentes noções de tempo que lhe são inerentes, o tempo do empresário e o tempo da reflexão: “*O empresário vive no curto prazo. (...)* A *ânsia do empresário, que normalmente é uma pessoa com alguma capacidade de empreendedorismo, não se compadece com esta lógica muito reflectiva, muito reflexiva, muito pausada. Estas pessoas pensam pouco e agem mais. Isto é assim. Têm uma aflição tramada, pra estar muito tempo a pensar em assuntos.*”⁵⁴; e na expressão de alguma insensibilidade em face das potencialidades de uma integração concêntrica de actividades estreitamente ligadas à construção da identidade territorial: “*eu penso que a pêra Rocha de Portugal já é, quer dizer, já era um objectivo tão bom ter reconhecimento como tal que, pensando em termos universais, eu acho até um bocadinho provinciano, se quer que lhe diga, e até ridículo estar a vender a pêra Rocha do Bombarral, eu vender a pêra Rocha portuguesa como uma imagem de marca. Se quer que lhe diga...acho mesmo provinciano, porque isto é tudo minúsculo. Não é? É tudo minúsculo. E eu interessa-me lá que a pêra Rocha venha ali de mais 40 quilómetros abaixo do Alentejo. Algum brasileiro, algum inglês, algum alemão ou algum chinês, está interessado em saber se ela foi produzida a 30 km à frente ou atrás?*”⁵⁵

Valor

O discurso da representante da Unirocha é representativo de uma visão moderna do desenvolvimento agrícola, baseada na quantidade, na estandardização técnica simples, sem valorização simbólica e na associação a um espaço nacional em detrimento da região⁵⁶. A própria noção de cadeia de valor presente no discurso da entrevistada transmite uma interessante analogia com a indústria automóvel: “*Enfim, tudo aquilo que a montante e a jusante liga com este produto, enquanto que nas fábricas dos automóveis, de montagem dos automóveis, consegue ter uma data de pequenas indústrias intermediárias paralelas, de origem nacional, que fazem aqueles fabricos. Lamentavelmente, neste caso, nomeadamente*

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Responsável da ANP referindo-se à Rocha do Oeste (Entrevista, Julho 2006).

⁵⁰ A restante pêra Rocha.

⁵¹ Os outros frutos comercializados pelas centrais fruteiras.

⁵² A designação Rocha do Oeste.

⁵³ Entrevista a responsável da ANP, Julho 2006.

⁵⁴ Entrevista a responsável da LeaderOeste, Junho 2008.

⁵⁵ Entrevista responsável da Unirocha, Agosto 2007.

⁵⁶ No sentido da expressão francesa de *pays*.

nas embalagens, são quase tudo controlado por empresas de grande dimensão, multinacionais.”⁵⁷ As actividades ligadas à produção de pêra citadas representam uma cadeia linear, que vai desde a produção de adubos e pesticidas, até ao transporte rodoviário⁵⁸, mas não prevê a irradiação concêntrica e muito menos a hipótese de potenciação do valor, associada a esta irradiação. No entanto, subsiste uma certa ideia de que a imagem, por si só, é capaz de atribuir valor ao produto: “(...) eu acho que o que vende mais produtos é a imagem. A coisa pode ser muito boa, mas se a imagem não for bonita não chama tanto a atenção (...)”⁵⁹; mesmo que, na prática, a imagem acabe por servir de chamariz para a venda de outros itens, de preço mais baixo: “quando se faz um stand, o que chama a atenção ao público é mesmo a garrafa, essa caixa com a garrafa e a pêra lá dentro. E depois o que faz vender é o doce, porque é um preço muito acessível.”⁶⁰

No entanto, a noção de valor não surge apenas associada à imagem, mas também à qualidade técnica, que compreende todo o processo de acompanhamento da produção e a certificação final, assim como à questão identitária, onde a tensão nação/ território está muito presente: “O mais importante, muitas vezes, é mesmo a região em si. Ela é que condiciona muito a qualidade do produto e a experiência dos produtores em saber fazer.”⁶¹; “A imagem que nós temos que vender é a imagem de Portugal. Agora, ter a presunção de que vamos vender a imagem da Região Oeste para fora? Não. Não é.”⁶²

Esta tensão, aparentemente superficial, representa no entanto uma contradição muito mais profunda entre uma ideologia de modernização e de pós-modernização do tecido agrícola e da própria noção de ruralidade. Por um lado, temos a ideia de produção industrial de um fruto, com qualidade garantida através do aprimoramento técnico e do controlo de qualidade a que é sujeito, mas em que a Denominação de Origem Protegida (DOP) surge apenas como um elemento defensivo, num sentido próximo do condicionamento industrial, e apenas interessante enquanto não se tornar um impedimento à expansão do seu cultivo noutras paragens, nomeadamente no hemisfério Sul⁶³. Pelo outro lado, temos uma visão ligada ao desenvolvimento rural e ambiental, à ligação intrínseca ao território (*pays*) e, por conseguinte, à construção e divulgação da imagem e da identidade própria desse espaço geográfico (físico) e simbólico (virtual), como factor determinante de valorização de um produto que, quer na sua versão primária, quer transformada, adquire um valor metonímico, e nesse sentido transforma-se em veículo de transmissão de uma mensagem que tem tanto mais valor quanto maior a riqueza (económica, cultural, patrimonial, ambiental, etc.) que lhe estiver associada, sendo que neste processo, o valor do próprio objecto (fruto) se multiplica.

A produção artesanal de qualidade, ligada à produção de pêra rocha do Oeste, ou despoletada por esta, e continuando a ela associada⁶⁴, ainda que de forma informal, é uma das facetas mais interessantes e dinâmicas deste processo, e uma das únicas que mantém uma certa continuidade e até uma tendência

⁵⁷ Entrevista a responsável da Unirocha, Agosto 2007.

⁵⁸ “No caso de tudo quanto é fruta fresca para o mercado, portanto pêra Rocha, que é o item número um no mercado de vias rodoviárias, são as transportadoras portuguesas que prestam a maior parte dos serviços. E não... E a maior parte delas são da zona. Quer dizer, são empresas da zona, que, pelo fato de já trabalharem em alguns serviços internos, começaram-se a lançar no internacional. Que por conhecimento, ou não sei quê, começaram a fazer este trabalho, hoje em dia já conhecem os entrepostos de todos os supermercados da Inglaterra ou da França, onde vão descarregar, há já o efeito de alguma familiaridade, mal ou bem, portanto, eles cresceram connosco. E hoje em dia, a maior parte de todos transportes terrestres da pêra Rocha para toda a Europa é feita com as transportadoras da Zona Oeste. Portanto, aí está, por acaso um caso de, digamos, algum efeito em cadeia.”, Idem.

⁵⁹ Entrevista a Cidália Tomás, Agosto 2007.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Entrevista a responsável da Codimaco, Junho 2008.

⁶² Entrevista a responsável da ANP, Junho 2008.

⁶³ “É uma coisa que pode ser muito interessante porque um dos problemas é que esta é uma variedade que está no mercado só, digamos, o período de um hemisfério, enquanto há outras variedades que, durante o verão são produzidas na Europa e durante o inverno são produzidas na África do Sul ou na América do Sul. E o consumidor habitua-se àquele artigo o ano inteiro. Enquanto que a pêra Rocha está disponível na prateleira desde Agosto até Janeiro ou Fevereiro, e depois desaparece e as pessoas esquecem. Portanto, o facto de se ir produzir para outro hemisfério, poderia ser interessante, no sentido de, digamos, dar mais força à presença deste produto junto do consumidor.” Entrevista a responsável da, Unirocha, Agosto 2007.

⁶⁴ “As pessoas fazem, fazem-se à vida. Nós apoiamos meia dúzia de pessoas, actualmente são pequenas, micro-empresas. São micro-empresas, tout court. E o que é que elas fazem? Desenrascam-se! Começam com a ideia da pêra e depois fazem tudo e mais alguma coisa.” Entrevista a responsável da LeaderOeste, Junho 2008.

expansiva⁶⁵. Já o turismo, permanece indiferente ao fenómeno agrícola, centrado na exploração da costa atlântica, dos campos de golfe e, ultimamente, do património.⁶⁶ A ligação da pêra Rocha do Oeste à promoção turística do território mantêm-se no domínio da especulação de poucos: “(...) é um segundo projecto que nós temos, que não está descurado, que é a Rota da Fruta (...) Ehhhh.....que é....nós já pensámos variadíssimas vezes trazer as pessoas....visitar...o que é um central fruteira, não sei quê....fazer...ver como é que se produz. Integrado dentro de um...de um....de um possível programa de campo. Ligação ao ambiente, ligação à produção, à agricultura, às origens, ao território, exactamente. Isso vai nascer! Acho que são movimentos que irão nascer. (...) Provavelmente iremos fazer como um programa....além das visitas às caves da região, fazer uma visita às unidades de produção de pêra rocha, às propriedades....dar uma volta pela propriedade, depois ver onde é que a fruta é conservada, como é que ela é trabalhada, como é que ela é vendida e pronto, é fazer disto uma jornada com almoço. Será decidido algures...ehhhh isto é só imaginação...não é nada que não nos tenha passado já pela cabeça (...).⁶⁷

Conclusões

A pêra rocha passou a ser Pêra Rocha do Oeste no “momento” da convergência de três fenómenos: a necessidade de homogeneização ditada pela concorrência no quadro do processo de globalização (e daí a opção de concentração num único produto), os fundos da Política Agrícola Comum da União Europeia (e daí a criação de uma estrutura comum para a sua gestão) e, por fim, a opção estratégica de indivíduos naturais da região Oeste, emigrados na capital e retornados ao local de origem (e daí a postura simultaneamente próxima e distanciada que facilitou a visão estratégica, por um lado, e a actividade associativa, por outro). A confluência destes factores promoveu a criação e dinamização de uma série de elementos que no seu conjunto constituem um dispositivo montado para acorrer à “necessidade urgente” de manter uma actividade que, quer em termos materiais quer simbólicos, é responsável pela produção de alimentos.

O crescimento da produção e a melhoria da qualidade tanto do fruto como dos processos de produção, são nítidos, resultando não só do apoio técnico proporcionado pelas várias OP's e cooperativas de produtores da região, mas também da imposição de clientes de exportação (nomeadamente ingleses⁶⁸) e da grande distribuição (protecção integrada). Este crescimento tem permitido estabilizar em alta os níveis de exportação desde a campanha de 1999/2000, substituindo a tendência anterior de instabilidade, vendas fracas entrecortadas por picos súbitos. A regularidade da actividade exportadora permitiu o desenvolvimento e modernização, não só das centrais fruteiras, como de empresas de transporte rodoviário pesado. A área agrícola ocupada com pomares de pêra está em expansão, e embora a produção em si continue dispersa por múltiplos produtores individuais⁶⁹, o modo de produção é crescentemente controlado e supervisionado, de forma a manter a homogeneidade das características verdadeiras do fruto, quando consumido. Tudo isto tem contribuído para aumentar o valor da actividade agrícola na região, inclusive o orgulho e a auto-estima dos próprios produtores.

O esforço de promoção e divulgação do fruto tem sido uma das principais vertentes da actividade da ANP, e uma das áreas em que a associação tem apresentado ou integrado projectos⁷⁰. A partir de 2006, as questões técnicas ligadas à produção e a informação quantitativa de mercado ganhou primazia ao nível quer da comunicação (homepage, newsletter), quer dos eventos organizados pela associação (Jornadas Técnicas, Encontros Anuais, etc.). Esta alteração na abordagem comunicacional da fileira traduziu uma inversão, pelo menos parcial, da política da ANP, motivada pela confluência de diversas tendências estruturais que se vinham desenhando, e que configuram a especificidade da resposta local ao contexto global, determinado pela globalização e pela pressão pró-associativa exercida pela União Europeia, enquanto entidade política supra-nacional.

Pode-se considerar que o projecto da Rocha do Oeste marcou a inversão de sentido das prioridades da ANP, não tanto por não se enquadrar na linha que vinha sendo seguida desde o início, mas

⁶⁵Veja-se como exemplo de uma experiência artesanal bem sucedida:

<http://quintadovaledarosa.com/quintadovaledarosa/default.aspx>

⁶⁶ Três das chamadas Sete Maravilhas de Portugal, eleitas em concurso mediático em 2007, situam-se no Oeste. Desde então tem havido uma maior promoção do património da região.

⁶⁷ Entrevista a responsável da Campotec, Julho 2006.

⁶⁸ O Reino Unido adquire cerca de 40% das quantidades totais exportadas.

⁶⁹ A região Oeste caracteriza-se pela média propriedade. Mesmo os grandes proprietários de terra possuem geralmente múltiplas “fazendas” de média dimensão, descontínuas.

⁷⁰ Por exemplo “Fruta de todos os sabores” para a sensibilização da comunidade escolar, “Mesa portuguesa”, um projecto mais vasto de internacionalização de um conjunto seleccionado de produtos alimentares portugueses.

precisamente por ter marcado o limite do desenvolvimento traçado, na medida em que revelou as debilidades e inconsistências do projecto associativo no seu conjunto.

Após um início promissor, as elegantes caixas verde-escuro da Rocha do Oeste foram desaparecendo das “ilhas” das grandes e médias superfícies, substituídas pela pêra rocha vulgar, vendida a granel a baixo preço, sem qualquer identificação, ou então com a marca da distribuidora. Simultaneamente, o ritmo de comunicação da ANP quebra-se (a newsletter quinzenal vai deixando de aparecer na homepage e de ser enviada para os subscritores) e paulatinamente a temática muda, passando de uma informação muito virada para a criação da identidade própria do fruto, ligada ao território e a sua valorização através da incorporação de conhecimento e valor patrimonial, para uma informação quantitativa sobre as capacidades de escoamento dos mercados e técnica sobre questões relacionadas com o cultivo, o armazenamento e a conservação dos frutos. A última grande realização da ANP que extrapolou a produção e comercialização básica de peras foi o acolhimento do Pear Symposium 2007, um congresso de ciência e engenharia agronómica que juntou conferencistas de vários países do mundo, mais uma vez em Óbidos, e proporcionou o reacendimento da enorme estrutura metálica em forma de pêra que bordeja a A8 à entrada do Bombarral, e cujas lâmpadas se tinham simbolicamente fundido meses atrás.

De que modo o projecto Rocha do Oeste acabou por desempenhar o papel de “revelador” das debilidades associativas da fileira Pêra Rocha do Oeste?

Desde logo a questão do carácter colectivo da marca, que oculta a contribuição individual de cada parceiro e levanta questões de confiança (ou falta dela) e de identidade. As identidades individuais, ligadas à posse, sobretudo de terra, são tão fortes que prejudicam ou mesmo impedem a construção de uma identidade colectiva⁷¹, demasiado abstracta para ser interiorizada, tanto mais que existem ambiguidades administrativas no que concerne à definição concreta de fronteiras da região Oeste. Esta indefinição é interpretada como falta de uma “materialidade” simbólica (a fronteira), que parece ser da maior importância para demarcar concretamente um território, para fazê-lo pertença da comunidade do Oeste.

A outra questão, que não deixa de estar ligada a esta obsessão pela propriedade individual, é a falta de comunicação e integração. Este deficit traduz-se, por um lado, no não aproveitamento das potencialidades de um projecto desta natureza (Pêra Rocha do Oeste (DOP) e por outro, na manutenção, inconsciente e/ou deliberada, de uma estrutura de poder que, se por um lado mantém a relevância social e política dos proprietários das grandes centrais fruteiras, que são também, frequentemente os maiores proprietários de terra (neste caso pomares), por outro, retira-lhes a possibilidade de competir de facto com a grande distribuição na mesa das negociações e mantém a sua dependência real face a um Estado, cuja proximidade simultaneamente odeiam e desejam.

Como é que se manifesta concretamente a desintegração da acção e da comunicação? Entre outros aspectos através da fraqueza e do carácter pontual e desagregado das actividades conexas ao *boom* do cultivo da pêra, como o artesanato e a doçaria, por exemplo; ou o desenvolvimento totalmente paralelo de actividades que se encontram igualmente em franco crescimento na região como o turismo.

A desconexão entre os parceiros, motivada em grande parte por desconfiança e uma postura de concorrência interna, conduz por um lado, à manutenção de uma estrutura de poder marcada pela elevada distância hierárquica e, simultaneamente, ao enfraquecimento do núcleo duro da ANP em face do poder da grande distribuição, que acabou por impor a substituição da marca colectiva “Rocha do Oeste”, com todo o potencial simbolismo que detinha, pelas diversas marcas dos distribuidores, mantendo assim o carácter de mercadoria simples do fruto e retirando-lhe objectivamente valor de mercado.

Por fim, levanta-se ainda a questão da intermitência e da sustentabilidade financeira e temporal do processo. Esta questão está presente sob vários aspectos, por um lado a diferença entre o tempo do empresário, sobretudo o do pequeno empresário obrigado à sobrevivência, o artesão directa ou indirectamente ligado ao projecto, e o tempo da transformação do valor simbólico potencial do fruto em valor de facto, ou seja, em reconhecimento pelo cliente, no mercado, do valor que lhe é atribuído pelo conhecimento incorporado (inclusive o factor identitário regional); por outro lado, e dentro da mesma linha, a intermitência do financiamento, que determina a descontinuidade das campanhas de comunicação. A dependência em relação aos fundos externos (Estado, UE) leva a que as campanhas de comunicação não tenham um carácter constante, mas estejam concentradas em picos, entrecortados por silêncios. Durante estes períodos de silêncio, que podem ser muito prolongados, as equipas de trabalho (os trabalhadores da ANP) mudam, a imagem simbólica do fruto esbate-se (sendo substituída pelo objecto comum), a motivação dos parceiros e outros membros da rede desvanece-se, sendo substituída pela necessidade imperativa de vender em quantidade.

⁷¹ Um exemplo da força destas identidades ligadas à posse de terra é a controvérsia que tem levantado o projecto de bordejar a A8 com estruturas iluminadas em forma de pêra. É que estas estruturas têm que ficar em terrenos de alguém, ainda que o espaço ocupado seja mínimo.

Ainda assim, e dentro dos condicionalismos apontados, a Pêra Rocha do Oeste (DOP) é um exemplo de sucesso do associativismo de produtores agrícolas em Portugal. Tem permitido o aumento sistemático da área agrícola e a revalorização da actividade, motivou o aumento da produção e a criação de um produto de exportação com uma identidade própria ligado a um território determinado, e está na origem da criação e desenvolvimento de uma série de actividades conexas, nomeadamente na área da doçaria e das bebidas alcoólicas artesanais, que transformou a vida e as expectativas de algumas dezenas de famílias.

Referências principais

Abdelmalek, A.A. (2005), Les formes de constructions identitaires modernes : entre territoire et profession, *Ruralia*, 2004-15. <http://ruralia.revues.org/document1042.html> (consultado a 09 de Dezembro de 2008)

ANP (2003), Pera Rocha do Oeste: passado, presente e futuro. Cadaval, ANP.

Billaud, J.P. (2004), Environnement et ruralité : enjeux et paradoxes. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10, 111-118.

Thomsin, L. (2005), Un concept pour le décrire : l'espace rural rurbanisé. *Ruralia*, 2001-09. <http://ruralia.revues.org/document250.html>. (consultado a 09 de Dezembro de 2008).